

LÍNGUA PORTUGUESA

01) Assinale a alternativa em que todas as palavras estão escritas CORRETAMENTE:

- (A) Excessão – análise – paralização.
- (B) Exceção – análise – paralisação.
- (C) Exceção – analize – paralização.
- (D) Excessão – analize – paralisação.
- (E) Exceção – análise – paralização.

02) Assinale a alternativa em que a vírgula foi empregada de forma CORRETA:

- (A) Os alunos porém não compareceram à aula.
- (B) Maria, comprou um livro novo.
- (C) Durante a palestra, os estudantes fizeram perguntas.
- (D) O diretor avisou que, a reunião seria cancelada.
- (E) Nós iremos ao cinema amanhã, à noite.

03) Assinale a alternativa que apresenta concordância nominal de forma CORRETA:

- (A) Seguem anexo os documentos solicitados.
- (B) Segue anexas as fotografias do evento.
- (C) Seguem anexos os documentos solicitados.
- (D) Segue anexo as fotografias do evento.
- (E) Seguem anexa a documentação necessária.

04) Na frase “certamente os candidatos chegarão cedo”, a palavra “certamente” é classificada como:

- (A) Substantivo.
- (B) Adjetivo.
- (C) Pronome.
- (D) Advérbio.
- (E) Conjunção.

05) Assinale a alternativa em que o uso da crase está CORRETO:

- (A) O candidato dirigiu-se à secretaria do concurso.
- (B) Entregamos os documentos à ela.
- (C) O professor chegou à pé.
- (D) Refiro-me à pessoas comprometidas.
- (E) A palestra ocorrerá de segunda à sexta-feira.

MATEMÁTICA/RACIOCÍNIO LÓGICO

06) Um imóvel foi adquirido durante a fase de construção da obra por R\$ 220.000,00 à vista. O valor deste imóvel era de R\$ 250.000,00, mas pelo fato da negociação ser à vista, o comprador obteve desconto. Após a conclusão da obra, este imóvel teve uma valorização de 20% em relação ao seu valor de venda. Considerando estes dados e o valor pago pelo proprietário à vista, qual é a variação percentual aproximada entre o valor pago e o valor de venda atual?

- (A) 27,29%.
- (B) 31,36%.
- (C) 34,46%.
- (D) 36,36%.
- (E) 39,63%.

07) Seu Agenor realizou a prova de um concurso, no qual a tabela seguinte descreve o peso de cada questão por área de conhecimento:

ÁREA DE CONHECIMENTO	Nº DE QUESTÕES	PONTUAÇÃO	TOTAL DE PONTOS
Língua Portuguesa	05	Acertos x 2,00	10,00
Matemática/Raciocínio Lógico	05	Acertos x 2,00	10,00
Conhecimentos Gerais/Atualidades	05	Acertos x 2,00	10,00
Conhecimentos Específicos	10	Acertos x 7,00	70,00
-----	25	-----	100,00

O quadro seguinte resume o número de acertos por área de Seu Agenor:

ÁREA DE CONHECIMENTO	Nº DE ACERTOS
Língua Portuguesa	3
Matemática/Raciocínio Lógico	2
Conhecimentos Gerais/Atualidades	4
Conhecimentos Específicos	8

Com base nestas informações, a pontuação final de Seu Agenor é igual a:

- (A) 68,00.
- (B) 72,00.
- (C) 74,00.
- (D) 82,00.
- (E) 86,00.

08) Um terreno foi dividido em quatro partes iguais na partilha de uma herança entre quatro irmãos. Após um período de tempo, um dos irmãos vendeu a metade do seu terreno para outro irmão. Considerando estes dados e o terreno total, qual fração do terreno pertence a este irmão que adquiriu a metade do terreno do outro?

- (A) $1/4$
- (B) $3/5$.
- (C) $3/4$.
- (D) $3/8$.
- (E) $1/8$.

09) O responsável pelo controle de estoque da merenda escolar municipal sabe que a quantidade de caixas de um determinado produto na segunda-feira quando iniciou a sua jornada de trabalho era de 3620 caixas, e ao longo da semana foram entregues nas escolas da rede 1440 destas caixas, mas nesta mesma semana chegou no estoque outras 890 caixas deste mesmo produto. Na sexta-feira antes do expediente findar, ele realizou a conferência de quantas caixas deste produto estão disponíveis no estoque, e o valor encontrado é de:

- (A) 3070 caixas.
- (B) 3020 caixas.
- (C) 3050 caixas.
- (D) 3060 caixas.
- (E) 3090 caixas.

10) Uma competição realizada pela Secretaria de Esporte e Turismo é realizada em três etapas, uma equipe participante desta competição tem seu desempenho descrito abaixo:

ETAPAS/INTERVALOS	DURAÇÃO
1ª Etapa	1h e 12min
Intervalo	15min
2ª Etapa	1h e 46min
Intervalo	20min
3ª Etapa	1h e 52min

Sabendo que esta equipe iniciou a competição pontualmente às 7h e 30min, a sua conclusão foi às:

- (A) 11h e 45min.
- (B) 11h e 55min.
- (C) 12h e 05min.
- (D) 12h e 10min.
- (E) 12h e 15min.

CONHECIMENTOS GERAIS

11) No primeiro semestre de 2024, o debate sobre vigilância sanitária e direitos do consumidor ganhou forte destaque nos noticiários de todo o Brasil. Um amplo recolhimento de milhões de frascos de detergente líquido de uma marca tradicional precisou ser feito às pressas após a identificação de um risco de contaminação biológica. Esse episódio evidenciou a importância da atuação firme do Estado na fiscalização de produtos que chegam aos lares brasileiros, visando proteger pessoas com baixa imunidade ou histórico de alergias. Qual das alternativas abaixo se refere à autarquia federal responsável por coordenar o controle sanitário no Brasil e que detém o poder de determinar a suspensão imediata da fabricação e venda de produtos de limpeza, cosméticos e medicamentos que apresentem risco à saúde pública?

- (A) Fundação Nacional de Saúde (Funasa).
- (B) Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).
- (C) Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec).
- (D) Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).
- (E) Sistema Único de Saúde (SUS).

12) A Copa do Mundo de 2026, realizada na América do Norte, reacende a memória afetiva nacional sobre o ano de 1994, última vez em que os Estados Unidos sediaram o evento. Naquela edição, o Brasil conquistou o tetracampeonato mundial de futebol, encerrando um jejum de 24 anos sem títulos. A histórica comemoração dos jogadores no gramado, logo após a vitória na final, ficou eternizada na cultura brasileira pelo desfraldar de uma grande faixa. A mensagem homenageava um dos maiores ídolos do esporte nacional, que havia falecido tragicamente meses antes do torneio, causando forte comoção em todo o país. Qual das alternativas abaixo se refere a este ídolo nacional homenageado pela Seleção Brasileira na conquista do tetracampeonato?

- (A) Ayrton Senna.
- (B) Garrincha.
- (C) Telê Santana.
- (D) Gustavo Kuerten.
- (E) Pelé.

13) O debate sobre a taxação de compras internacionais online de até 50 dólares, popularmente apelidada de "taxa das blusinhas", movimentou o cenário político e econômico brasileiro recente. Sobre esse tema, analisado sob a ótica da economia e da política nacional, classifique as assertivas abaixo com V para VERDADEIRO ou F para FALSO e assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

() A inclusão da tributação federal nessas compras atendeu a uma forte e contínua pressão do setor varejista e da indústria brasileira, que argumentavam sofrer concorrência desleal devido à isenção tarifária concedida aos produtos importados de baixo valor.

() Com a nova regulamentação governamental, as compras internacionais de até 50 dólares passaram a ser isentas do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que é um tributo de competência exclusiva do Governo Federal.

() O debate no Congresso Nacional evidenciou um claro conflito de interesses entre a isonomia tributária para proteger empregos no Brasil versus a insatisfação popular com o encarecimento de produtos mais acessíveis online.

() A legislação aprovada estabeleceu que toda a arrecadação obtida com essa nova taxação de importação seja obrigatoriamente vinculada e destinada de forma exclusiva ao financiamento de programas federais ligados à Educação.

(A) F – V – F – V.

(B) V – V – F – F.

(C) F – F – V – V.

(D) V – F – F – V.

(E) V – F – V – F.

14) A interface entre cultura e política tem sido marcante no cenário brasileiro recente. A produção, o financiamento e a recepção de obras audiovisuais sobre figuras políticas contemporâneas evidenciam como a arte reflete e alimenta o debate público. Sobre o papel do cinema e da cultura como instrumentos políticos, analise as assertivas e assinale a alternativa com a sequência CORRETA.

I - Obras audiovisuais que retratam líderes políticos atuam frequentemente como ferramentas de construção de narrativas, buscando mobilizar apoiadores, legitimar visões de mundo e disputar a memória coletiva da sociedade.

II - O filme "Dark Horse" (2026) é uma obra ainda em produção sobre o ex-presidente Jair Bolsonaro. Sua polêmica mais recente se refere à captação abstrusa de recursos privados milionários para financiar o filme.

III - Pela legislação brasileira vigente, qualquer filme ou documentário sobre presidentes e ex-presidentes é classificado oficialmente como propaganda eleitoral, sendo o seu financiamento restrito exclusivamente ao Fundo Partidário.

IV - O atual presidente do Brasil também já teve um filme biográfico chamado "Lula, Filho do Brasil" (2010), que se destacou na época porque foi exclusivamente financiado por recursos públicos da Lei Rouanet.

(A) Apenas III e IV estão corretas.

(B) Apenas II e IV estão corretas.

(C) Apenas I e II estão corretas.

(D) Apenas I e IV estão corretas.

(E) Apenas II e III estão corretas.

15) O estado do Paraná registrou recentemente um caso chocante em que uma jovem conseguiu fugir após ser mantida em cárcere privado e sofrer abusos ao longo de 22 anos por parte do próprio padrasto. O episódio levanta debates importantes sobre a proteção aos direitos das mulheres e a segurança no Brasil. Sobre a violência doméstica e as leis de proteção no país, classifique as assertivas abaixo com V para VERDADEIRO ou F para FALSO e assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

() O caso ocorrido no Paraná ilustra uma realidade na qual a violência contra a mulher ocorre frequentemente dentro da própria residência e é cometida por pessoas do convívio familiar, dificultando o pedido de ajuda.

() A legislação atual determina que a Lei Maria da Penha só pode ser aplicada para proteger mulheres casadas no papel, deixando desamparadas as enteadas ou filhas que sofrem violência por parte de padrastos.

() Para que a polícia possa resgatar uma mulher em situação de cárcere privado, a lei exige obrigatoriamente que a própria vítima consiga ir pessoalmente até uma delegacia registrar a denúncia.

() A Lei Maria da Penha reconhece que a violência doméstica não se resume a agressões físicas, classificando também os abusos psicológicos e sexuais como crimes graves contra os direitos da mulher.

(A) V – V – F – F.

(B) V – F – F – V.

(C) V – F – V – F.

(D) F – F – V – V.

(E) F – V – V – F.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

16) Considerando as disposições da Lei Orgânica do Município sobre a fiscalização do Município de Paula Freitas/PR, analise as assertivas a seguir a marque a opção CORRETA:

(A) A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Executivo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Legislativo Municipal.

(B) A fiscalização será exercida pelo povo, mediante acesso ao portal da transparência que deverá ser disponibilizado pelo Município, sendo vedado qualquer forma de controle externo.

(C) A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal e pelo Poder Judiciário.

(D) A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.

(E) A fiscalização do Município será exercida pelo Tribunal de Contas do Estado.

17) À luz das disposições da Lei Orgânica do Município de Paula Freitas/PR, assinale a alternativa CORRETA:

(A) O servidor público Municipal, da administração direta ou indireta, pode exercer o mandato de vereador, desde que haja compatibilidade de horários.

(B) É vedado ao servidor público Municipal, da administração direta ou indireta, exercer o mandato de vereador, ainda que haja compatibilidade de horários.

(C) O servidor público Municipal, da administração direta ou indireta, pode exercer o mandato de vereador, inclusive percebendo as vantagens de seu cargo, emprego ou função e sem prejuízo dos subsídios a que faz jus caso haja compatibilidade de horários.

(D) O servidor público Municipal, da administração direta ou indireta, pode exercer o mandato de vereador, mas em nenhuma hipótese perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função.

(E) O servidor público Municipal, da administração direta ou indireta, não pode exercer o mandato de vereador, em virtude de conflito de interesse entre o serviço público e a função política.

18) Nos termos da Lei Orgânica do Município de Paula Freitas/PR, a realização de obra pública NÃO poderá ser realizada sem que conste:

I - O respectivo projeto, o orçamento do seu custo e os prazos para o seu início e término.

II - A indicação dos recursos financeiros para o atendimento das respectivas despesas.

III - A viabilidade do empreendimento, sua conveniência e oportunidade para o interesse público.

Após análise dos itens, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Somente os itens I e II estão corretos.
- (B) Somente os itens II e III estão corretos.
- (C) Somente os itens I e III estão corretos.
- (D) Todos os itens estão incorretos.
- (E) Todos os itens estão corretos.

19) Segundo dispõe a Lei Orgânica do Município de Paula Freitas/PR, o governo do Município é exercido:

- (A) Pela Câmara, com funções executivas, e pelo Prefeito, com funções legislativas.
- (B) Pelo Prefeito, com funções executivas, e pelo Judiciário, com funções jurisdicionais.
- (C) Pela Câmara, com funções legislativas, e pelo Prefeito, com funções executivas.
- (D) Pelo povo, mediante a eleição de seus representantes no legislativo e executivo.
- (E) Pela Câmara, com funções legislativas, pelo Prefeito, com funções executivas e pelo Judiciário, com funções jurisdicionais.

20) A Lei Orgânica do Município de Paula Freitas/PR dispõe que é de responsabilidade do Município prestar serviços públicos, diretamente ou sob o regime de concessão ou permissão. Neste sentido, considerando as regras estabelecidas na legislação municipal para a concessão ou permissão de serviço público, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) A concessão ou a permissão de serviço público somente será efetivada com autorização da Câmara Municipal e mediante contrato precedido de licitação.
- (B) A concessão ou a permissão de serviço público será efetivada independentemente de autorização da Câmara Municipal, sendo necessário somente o contrato precedido de licitação.
- (C) A concessão ou a permissão de serviço público será efetivada independentemente de contrato, sendo necessário somente a autorização da Câmara Municipal.
- (D) A concessão ou a permissão de serviço público será efetivada mediante a celebração de contrato precedido de licitação e autorização do Prefeito Municipal.
- (E) A concessão ou a permissão de serviço público será efetivada independentemente de autorização ou contrato precedido de licitação.

21) Nos termos da Lei Orgânica do Município de Paula Freitas/PR, especialmente no que se refere à Política Urbana, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) O plano diretor é instrumento facultativo da política urbana, podendo ser dispensado quando o Município adotar programas de habitação popular.
- (B) A política urbana municipal tem como objetivo exclusivo a expansão econômica da cidade, independentemente do bem-estar dos habitantes.
- (C) O plano diretor será elaborado exclusivamente pelo Poder Executivo, sendo dispensada a participação de entidades da comunidade.
- (D) Para assegurar as funções sociais da cidade, o Poder Executivo deverá utilizar instrumentos jurídicos, tributários, financeiros e de controle urbanístico disponíveis ao Município.
- (E) Os programas de habitação popular devem priorizar exclusivamente a iniciativa privada, vedada a atuação direta do Município.

22) Nos termos da Lei nº 1.651/2024 (Código de Obras do Município de Paula Freitas/PR), toda construção, reconstrução, reforma, ampliação ou demolição, quer efetuada por particulares, quer efetuada por entidade pública, na zona urbana, de expansão urbana e rural do Município de Paula Freitas, dependerá de autorização:

- (A) Do Prefeito Municipal.
- (B) Da Câmara Municipal.
- (C) Da Prefeitura Municipal.
- (D) Do Poder Judiciário.
- (E) Do Vice-Prefeito Municipal.

23) Considerando as disposições da Lei nº 1.651/2024 (Código de Obras do Município de Paula Freitas) acerca do Certificado de Obras (habite-se), assinale a alternativa CORRETA:

- (A) O certificado de conclusão de obra (habite-se) poderá ser expedido antes da realização de vistoria, desde que o responsável técnico declare a conclusão da obra.
- (B) A divergência entre o projeto aprovado e a execução da obra impede, em qualquer hipótese, a emissão do certificado de conclusão, sendo obrigatória a demolição integral da edificação.
- (C) Caso sejam constatadas divergências entre o projeto aprovado e a obra executada, o certificado poderá ser expedido desde que seja retificado apenas o projeto, independentemente da conformidade com as normas do Código.
- (D) Não sendo possível a regularização de divergências por violação ao Código, o proprietário será notificado a promover a demolição das partes em desacordo no prazo de sessenta dias, podendo o Município realizá-la compulsoriamente, com cobrança acrescida.
- (E) A ocupação da edificação é permitida após a conclusão das estruturas físicas, ainda que não haja certificação municipal, desde que existam instalações elétricas em funcionamento.

24) Com base nas disposições do Código de Posturas do Município de Paula Freitas/PR acerca do uso dos logradouros públicos para atividades econômicas, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) É livre o uso de calçadas para instalação de mobiliário por estabelecimentos comerciais, independentemente de autorização do Poder Público.
- (B) A utilização de calçadas para atividades econômicas deve preservar faixa livre para circulação de pedestres, com largura mínima de 2,00 metros.
- (C) O comércio ambulante em vias públicas pode funcionar sem limitação de horário, desde que não comercialize alimentos.
- (D) A instalação de quiosques em passeios públicos dispensa delimitação da área ocupada, desde que haja autorização municipal.
- (E) O uso de espaços públicos para comércio ambulante é gratuito, não podendo o Município exigir contraprestação financeira.

25) Considerando as disposições do Código de Posturas do Município de Paula Freitas/PR sobre publicidade nas vias públicas, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) A colocação de elemento de publicidade voltado para via pública somente depende de licença municipal quando estiver instalado em logradouro público, sendo dispensada se estiver inteiramente contido em terreno particular.
- (B) Placas ou painéis colocados transversalmente à fachada, sobre os passeios, podem avançar livremente sobre a calçada, desde que não prejudiquem a circulação de pedestres.
- (C) A publicidade em espaço de logradouro público poderá ser autorizada pelo Poder Público, mediante pagamento de contraprestação.
- (D) Os totens instalados em passeios de vias públicas podem ter qualquer largura, desde que sua altura não ultrapasse 4,00 metros.
- (E) A licença municipal para publicidade em via pública possui valor fixo, independentemente do tipo e do tamanho do painel publicitário.

26) Com base nas disposições da Norma Regulamentadora (NR) 01 acerca do campo de aplicação, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) As Normas Regulamentadoras somente se aplicam às empresas privadas, não vinculando órgãos públicos nem entidades da administração indireta.
- (B) As Normas Regulamentadoras obrigam apenas empregadores, sendo facultativa sua observância pelos empregados.
- (C) As Normas Regulamentadoras são aplicáveis exclusivamente às relações regidas pela CLT, não alcançando outras relações jurídicas, ainda que previstas em lei.
- (D) As Normas Regulamentadoras são de observância obrigatória por organizações públicas e privadas que possuam empregados regidos pela CLT, inclusive órgãos da administração pública direta e indireta.
- (E) O cumprimento das Normas Regulamentadoras dispensa a observância de outros dispositivos legais, como códigos de obras e regulamentos sanitários estaduais ou municipais.

27) Considerando as disposições da NR-01 acerca dos direitos e deveres do trabalhador, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) O trabalhador pode interromper suas atividades quando constatar risco grave e iminente, devendo comunicar imediatamente ao superior hierárquico, sendo vedado ao empregador exigir o retorno enquanto persistir o risco.
- (B) O trabalhador somente pode interromper suas atividades por risco iminente mediante autorização prévia do empregador.
- (C) O trabalhador pode interromper suas atividades diante de qualquer risco ocupacional, ainda que potencial e sem gravidade relevante, independentemente de comunicação formal.
- (D) O trabalhador que se recusar a cumprir ordens relacionadas à segurança e saúde no trabalho jamais poderá sofrer qualquer consequência disciplinar.
- (E) O trabalhador pode interromper suas atividades por risco iminente, mas deverá retornar ao trabalho imediatamente após comunicação, independentemente da adoção de medidas corretivas.

28) Com base nas disposições da NR-06 acerca das responsabilidades da organização quanto ao fornecimento e gestão de EPI, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) Cabe à organização fornecer EPI apenas quando solicitado pelo trabalhador, sendo facultado o registro do fornecimento.
- (B) A organização somente está obrigada a substituir o EPI quando houver desgaste natural decorrente do uso contínuo, não se aplicando tal obrigação em caso de extravio.
- (C) A organização pode adquirir qualquer EPI disponível no mercado, independentemente de aprovação por órgão competente, desde que atenda à finalidade desejada.
- (D) A responsabilidade pela higienização e manutenção do EPI é exclusiva do trabalhador, independentemente da natureza do equipamento ou das instruções do fabricante.
- (E) A organização deve fornecer gratuitamente EPI adequado ao risco, em perfeito estado de conservação e funcionamento, bem como exigir seu uso e registrar o fornecimento ao empregado.

29) Com base nas disposições da NR-18 acerca do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) nos canteiros de obras, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) A elaboração do PGR é facultativa para obras de qualquer porte, desde que a organização forneça Equipamentos de Proteção Individual suficientes aos trabalhadores.
- (B) O PGR deve ser elaborado exclusivamente por profissional legalmente habilitado em segurança do trabalho, sem exceções quanto ao porte da obra.
- (C) O PGR deve contemplar exclusivamente os riscos ocupacionais, sendo vedada a inclusão de projetos técnicos no seu conteúdo.
- (D) O PGR, uma vez elaborado, não necessita ser atualizado, sendo suficiente que reflita as condições iniciais do canteiro de obras.
- (E) O PGR deve contemplar, além das exigências da NR-01, documentos como projetos de área de vivência, instalações elétricas e sistemas de proteção coletiva, elaborados por profissional legalmente habilitado.

30) À luz das disposições da NR-18 acerca das medidas de proteção contra quedas de altura, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) A instalação de proteção coletiva é facultativa, podendo ser substituída exclusivamente pelo uso de Equipamentos de Proteção Individual.
- (B) A proteção contra quedas na periferia da edificação somente é exigida após a conclusão da estrutura da obra.
- (C) A proteção coletiva na periferia da edificação pode ser substituída por sinalização de advertência, desde que os trabalhadores estejam treinados.
- (D) O uso de redes de segurança dispensa a necessidade de inspeção periódica, desde que tenham sido instaladas conforme normas técnicas.
- (E) A proteção contra quedas na periferia da edificação deve ser instalada a partir do início dos serviços necessários à concretagem da primeira laje.

31) Subordinam-se ao regime da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, publicada em primeiro de abril de 2021:

I – Os contratos que tenham por objeto operação de crédito, interno ou externo, e gestão de dívida pública, incluídas as contratações de agente financeiro e a concessão de garantia relacionadas a esses contratos.

II – Quaisquer contratações pela administração pública, ainda que sujeitas a normas previstas em legislação própria.

III – A concessão e permissão de uso de bens públicos.

Após análise dos itens, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) Somente o item I está correto.
- (B) Somente o item II está correto.
- (C) Somente o item III está correto.
- (D) Somente os itens I e II estão corretos.
- (E) Todos os itens estão corretos.

32) Nos termos do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, que trata das definições aplicáveis às licitações e contratos administrativos, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) Considera-se licitante a pessoa física ou jurídica, ou consórcio de pessoas jurídicas, que participa ou manifesta a intenção de participar de processo licitatório.
- (B) Considera-se entidade a unidade de atuação integrante da estrutura da Administração Pública.
- (C) Considera-se órgão a unidade de atuação dotada de personalidade jurídica.
- (D) Considera-se Administração Pública a administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, exceto as entidades com personalidade jurídica de direito privado, ainda que sob controle do poder público.
- (E) Considera-se autoridade o agente público, ainda que sem poder de decisão.

33) De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), analise as assertivas a seguir assinale a CORRETA:

- (A) A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.
- (B) A Lei de Responsabilidade Fiscal trata exclusivamente da arrecadação tributária da União.
- (C) A Lei de Responsabilidade Fiscal aplica-se apenas aos Estados e ao Distrito Federal, não alcançando os Municípios.
- (D) A Lei de Responsabilidade Fiscal não impõe limites para despesas com pessoal.
- (E) A Lei de Responsabilidade Fiscal permite a criação de despesas sem estimativa de impacto orçamentário-financeiro.

34) São atributos dos atos administrativos:

- (A) Presunção de legitimidade e veracidade, autoexecutoriedade, tipicidade e imperatividade.
- (B) Competência, forma, finalidade, motivo e objeto.
- (C) Presunção de legitimidade, competência, forma e imperatividade.
- (D) Competência, forma, finalidade, autoexecutoriedade, tipicidade e imperatividade.
- (E) Finalidade, autoexecutoriedade, tipicidade e imperatividade.

35) Durante fiscalização no Município Alfa, o Fiscal de Rendas, Obras e Posturas constatou que determinada autorização administrativa para funcionamento de um estabelecimento comercial havia sido concedida em desacordo com a legislação municipal vigente, pois desrespeitava normas de uso e ocupação do solo. Após análise interna, a Administração Pública decidiu retirar o ato do mundo jurídico. Em outro caso, verificou-se que uma autorização regularmente concedida, sem qualquer vício de legalidade, deixou de ser conveniente para o interesse público após mudanças no planejamento urbano, levando a Administração a também extingui-la. Diante dessas situações, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) Em ambos os casos, a Administração deve proceder à revogação, pois todo ato administrativo pode ser retirado do mundo jurídico por motivo de ilegalidade ou conveniência.
- (B) No primeiro caso, deve ocorrer a anulação (invalidação) do ato por ilegalidade, enquanto no segundo caso cabe a revogação por motivo de conveniência e oportunidade.
- (C) No primeiro caso, trata-se de revogação do ato; no segundo, de invalidação, pois a conveniência e a oportunidade autorizam a invalidação.
- (D) Em ambos os casos, a retirada do ato exige necessariamente decisão judicial, não podendo a Administração agir de ofício.
- (E) No primeiro caso, o ato deve ser mantido por presunção de legitimidade; no segundo, a Administração deve anular o ato por ausência superveniente de interesse público.

36) A legislação dispõe que a alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação. Sobre o assunto, analise as assertivas a seguir e assinale a CORRETA:

- (A) Para a alienação de bens imóveis, é imprescindível autorização legislativa e a realização de licitação na modalidade pregão.
- (B) Para a alienação de bens imóveis, é imprescindível autorização legislativa e a realização de licitação na modalidade leilão, dispensada a realização de licitação nos casos de investidura.
- (C) Para a alienação de bens imóveis, é prescindível autorização legislativa e a realização de licitação na modalidade pregão.
- (D) Para a alienação de bens imóveis, é prescindível autorização legislativa e a realização de licitação na modalidade leilão.
- (E) Para a alienação de bens móveis, é imprescindível a realização de licitação na modalidade concorrência.

37) Acerca das regras gerais sobre licitações públicas, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) A licitação é sempre dispensável quando a Administração Pública pretende contratar serviços comuns.
- (B) A licitação tem como finalidade exclusiva a escolha da proposta de menor preço, independentemente de outros critérios.
- (C) A licitação somente se aplica à Administração direta, não sendo exigida para entidades da Administração indireta.
- (D) A licitação é procedimento administrativo destinado a assegurar a igualdade de condições entre os concorrentes e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.
- (E) A contratação direta é a regra geral na Administração Pública, sendo a licitação uma exceção aplicada apenas em casos específicos.

38) Sobre os bens públicos, analise as alternativas a seguir e marque a opção CORRETA:

- (A) Os bens públicos de uso especial são alienáveis.
- (B) Os bens públicos de uso comum do povo são inalienáveis.
- (C) Os bens públicos dominicais são inalienáveis.
- (D) Os bens públicos de uso comum do povo são alienáveis.
- (E) Os bens públicos de uso especial e os dominicais são inalienáveis.

39) Acerca das formas de prestação de serviço público, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) Os serviços públicos somente podem ser prestados diretamente pelo Estado, sendo vedada sua delegação a particulares.
- (B) Os serviços públicos podem ser prestados diretamente pelo Estado ou mediante delegação a particulares, por meio de concessão ou permissão.
- (C) A permissão de serviço público possui natureza contratual e prazo determinado, não admitindo revogação unilateral pelo Poder Público.
- (D) A concessão de serviço público é ato administrativo unilateral e precário, podendo ser revogada a qualquer tempo sem indenização.
- (E) A autorização de serviço público é forma de delegação contratual, precedida obrigatoriamente de licitação.

40) Acerca dos contratos administrativos, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) Os contratos administrativos são regidos exclusivamente pelo direito privado, não possuindo prerrogativas especiais em favor da Administração Pública.
- (B) A Administração Pública não pode alterar unilateralmente os contratos administrativos, devendo sempre obter concordância do contratado.
- (C) A rescisão dos contratos administrativos somente pode ocorrer por decisão judicial, sendo vedada a rescisão unilateral pela Administração.
- (D) A execução dos contratos administrativos independe de fiscalização por parte da Administração Pública.
- (E) Os contratos administrativos caracterizam-se pela presença de cláusulas que conferem prerrogativas à Administração, visando à satisfação do interesse público.